OS EFEITOS DA GREVE DOS CAMINHONEIROS

Gilmar Mendes Lourenço

As estatísticas correntes relativas a maio de 2018 e os indicadores antecedentes referentes a junho dão uma dimensão aproximada dos danos, no ambiente de negócios, provocado pela greve dos serviços de transportes rodoviários de cargas, acontecida em fins de maio, e as providências bizarras adotadas para a obtenção da suspensão do bloqueio das estradas, acordadas entre governo e representantes dos caminhoneiros.

De fato, diferentes pesquisas de instituições públicas e privadas denotaram pronunciado abalo na postura e confiança dos agentes econômicos, associado à descontinuidade ou atraso no suprimento de matérias-primas, bens intermediários e produtos acabados, o que veio afetar dramaticamente o funcionamento das linhas de produção e os fluxos de distribuição de bens e serviços.

Começando pelos parâmetros explicativos do desempenho do nível de atividade, de acordo com a autoridade monetária brasileira, o índice de atividade econômica do Banco Central (IBC-Br) amargou recuo de 3,34% em maio de 2018, em confronto com abril, e 2,9% em relação a maio de 2017, o maior desde 2010. Com isso, o indicador que representa uma prévia do produto interno bruto (PIB) do país acumulou variação positiva de apenas 1,13%, em doze meses encerrados em maio do corrente ano, confirmado o cenário de estagnação da produção e negócios.

Investigação da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostra contração generalizada e expressiva das variáveis atinentes ao setor, em maio de 2018, em todas as bases de comparação. Só a título de exemplo, faturamento real, horas trabalhadas na produção, emprego, massa salarial real e rendimento médio real contabilizaram decréscimos de 16,7%, 2,4%, 0,6%, 1,7% e 1,4%, respectivamente, em comparação com abril, já descontadas as interferências sazonais.

A situação permaneceu adversa também no mês de junho. Houve queda de 0,2%, 0,2%, 1,9% e 1,7%, respectivamente, em horas trabalhadas, pessoal ocupado, total de salários e salário médio, em relação a maio. A exceção coube à substancial elevação de 25,4% do faturamento real, explicada pela forte concentração das entregas das encomendas que ficaram represadas durante o movimento de parada dos transportes.

O volume de produção industrial, medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sofreu redução de 10,9%, no cotejo com abril, a maior desde dezembro de 2008 (-11,2%), quando a instabilidade financeira global atingiu, de forma plena, o complexo fabril brasileiro. Com isso, os níveis de produção regrediram àqueles constatados em dezembro de 2003, situando-se 23,8% abaixo dos recordes atingidos em maio de 2011.

No confronto com maio de 2017, o tombo foi de 6,6%, o mais acentuado desde outubro de 2016 (-7,3%), ocasionando a interrupção de uma marcha de doze meses seguidos de performances positivas, com compressão nas quatro categorias de uso, sendo mais afetadas as de bens de consumo duráveis (-11,9%) e semiduráveis não duráveis (-9,1%). Verificaram-se ainda recuos em 24 dos 26 ramos, 63 dos 79 grupos e 69,7% dos 805 produtos cobertos pelo painel da pesquisa, com destaque para produtos alimentícios (-14,3%) e veículos automotores, reboques e carrocerias (-12,8%).

O volume de vendas do comércio varejista, medido pelo IBGE, retrocedeu 4,9% em maio, em cotejo com abril, notadamente veículos e motos, partes e peças (-14,6%), livros jornais revistas e papelaria (-6,7%), combustíveis e lubrificantes (-6,1%), material de construção (-4,2%) e equipamentos e materiais para escritório, informática e de comunicação (-4,2%).

Já, o volume de serviços, também levantado pelo IBGE, caiu 3,8%, na mesma base de comparação, consubstanciando o pior comportamento da série histórica iniciada em 2011, puxada por transporte terrestre (-15,0%) e armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correio (-6,2%).

Os prejuízos foram multiplicados pelo retardo no cumprimento de parte dos compromissos de exportações, configurando mais uma mancha na imagem brasileira no front externo. Ademais, como fração expressiva da produção não realizada seria destinada à cobertura da ampliação e modernização da produção das empresas operantes no território nacional ou atendimento da demanda das famílias, parece razoável admitir perdas de competitividade e implicações inflacionárias.

O desabastecimento de inúmeros itens de produção e de consumo, durante e nas semanas seguintes à parada, reavivou a espiral de preços.

A propósito desse último ponto, o desabastecimento de inúmeros itens de produção e de consumo, durante e nas semanas seguintes à parada, reavivou, ainda que temporariamente, a espiral de preços. Prova disso foi a elevação de 1,26%, em junho, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mensurado pelo IBGE, para uma cesta de produtos consumidos por famílias com renda mensal entre um quarenta salários mínimos, sendo a maior taxa para o mês desde 1995 (2,26%).

Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), também do IBGE, abrangendo a faixa de rendimentos mensais entre um cinco salários mínimos, apresentou variação de 1,43% em junho, igualmente a mais acentuada para o mês desde 1995 (2,18%), puxada por produtos alimentícios (2,24% contra 0,29%, em maio), evidenciando perda de poder aquisitivo e deterioração do orçamento da população mais modesta.

Passando ao exame dos humores dos atores, o Índice de Confiança Empresarial (ICE), preparado pelo Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), encolheu de 96,1 pontos (varia entre zero e duzentos) para 89,0 pontos, no intervalo março-junho de 2018, tendo subido para 90,7 pontos em julho.

Na mesma linha, o índice de confiança do empresário industrial (ICEI), levantado pela CNI, recuou de 55,5 pontos (faixa entre zero e cem pontos), em maio de 2018, para 49,6 pontos, em junho. Trata-se da maior redução desde 2010 que serviu para furar o piso de 50 pontos, sinalizador de travessia para o sentimento de descrença, algo que não acontecia desde janeiro de 2017, contra média histórica de 54,2 pontos. Houve melhora tímida em julho, quando o indicador somou 50,2 pontos.

No segmento de varejo, o índice de confiança do empresário do comércio (ICEC), calculado a partir de pesquisa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), desceu de 113,8 pontos (escala de zero a duzentos), em maio, para 109,01 pontos, em junho, e 103,91 pontos, em julho.

Pelo ângulo da demanda, o índice nacional de expectativa do consumidor, também apurado pela CNI, caiu de 102,1 pontos (varia entre zero e duzentos) para 98,3 pontos, entre maio e junho de 2018, o que representa o menor nível desde abril de 2016 (quando havia registrado 97,5 pontos), o rompimento da linha divisória entre confiança e pessimismo, marcada pelos cem pontos, e maior distância para a média de 107,8 pontos, exibida pela nova série histórica iniciada em 2010. Em julho, o índice avançou para 101,6 pontos. A intenção de consumo das famílias, levantada pela CNC, caiu de 88,0 pontos (faixa de zero a duzentos) para 85,1 pontos, entre março e julho de 2018.

O mais gritante, porém, é a percepção de não equacionamento do problema dos caminhoneiros, especialmente em razão do impasse criado com a fixação, por medida provisória (MP), da tabela de tarifas mínimas de fretes, desvinculada do desenho do mercado, determinado pela depressão no preço do transporte das cargas, ocasionada pela enorme ociosidade da frota de caminhões - superdimensionada na última década com as aquisições subsidiadas pelo programa de sustentação do investimento (PSI) -, em um panorama de estagnação econômica.

Aliás, ao se somarem às múltiplas incertezas de natureza política, e a subsequente convicção coletiva de adiamento definitivo das reformas institucionais, a bolha recessiva e o repique inflacionário, ocorridas em maio e junho, serviram para produzir brutal reversão nas esperanças de retomada da expansão da economia brasileira, em curto e médio prazo.

Tanto é assim que as previsões de crescimento do produto interno bruto (PIB), para 2018, caíram pela metade em meio ano, passando de 3,0%, em janeiro, para 1,5%, em julho. Sem contar a ausência de garantias de arrefecimento da marcha inflacionária, em razão da provável manutenção da instabilidade do câmbio, atrelada à subida dos juros nos Estados Unidos (EUA) e aos conflitos comerciais entre as duas maiores economias do planeta.